

Roriz veta projeto que cria semana inglesa

O governador Joaquim Roriz vetou ontem, integralmente, o projeto que institui a semana inglesa no DF. O veto foi fruto de um acordo com deputado, aliados do governo, que assumiram o compromisso de elaborar novo projeto, após uma ampla discussão com todos os setores envolvidos.

As pesquisas de opinião pública, que se revelaram contra a alteração do funcionamento do comércio, foram o que mais pesaram na decisão de Joaquim Roriz, segundo o secretário de Comunicação Social, Fernando Lemos. A maioria dos consumidores não concordam em fazer compras das 8h às 22h, nos dias úteis, e até o meio-dia de sábado.

"Depois das pesquisas, acrescentou o secretário, ganhou peso a autocritica dos deputados que votaram a favor do projeto. Eles consideraram que houve pressa demais na votação", explicou. Em seguida, veio a questão jurídica. Especialistas afirmavam que a matéria é de competência

do Congresso Nacional, e não da Câmara Legislativa, por se tratar de jornada de trabalho. A ameaça de desemprego no setor também preocupou o governador.

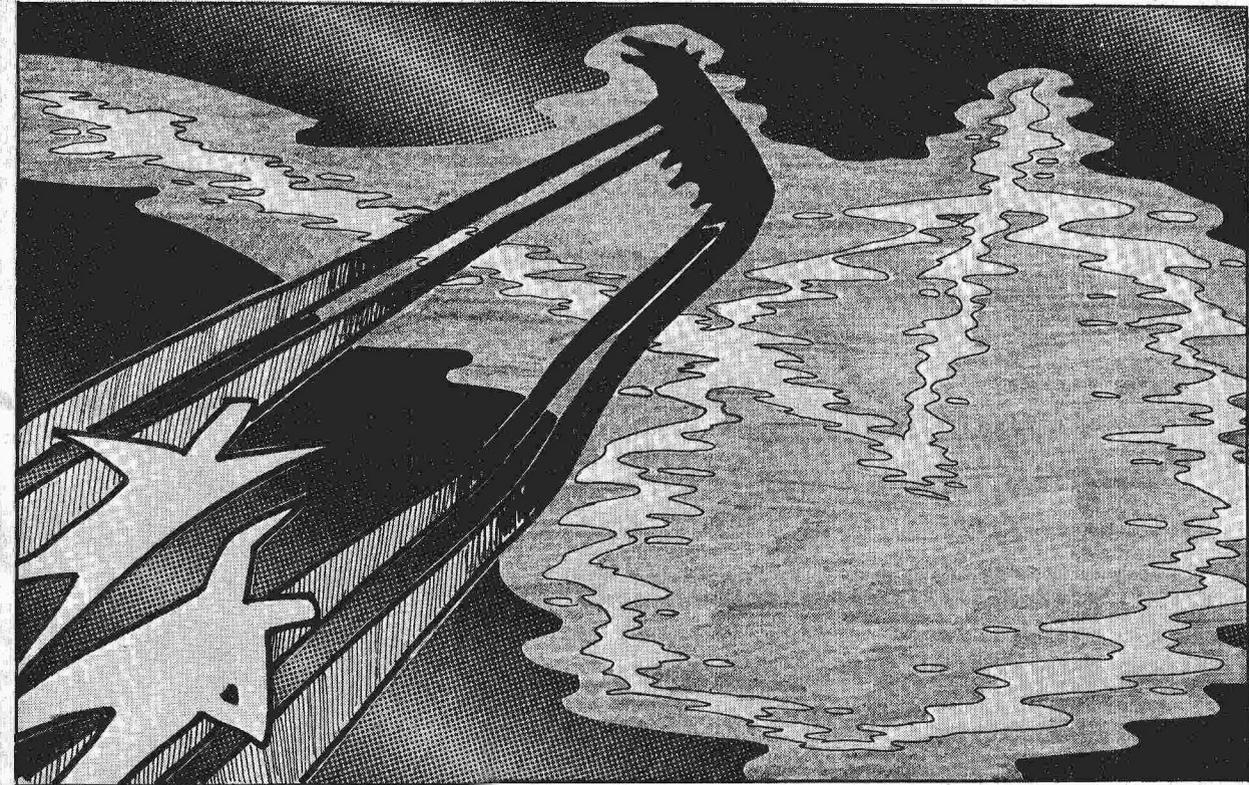
Para o governador Joaquim Roriz, o acordo com os distritais reforçará as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo. "O governo não quer se confrontar com o Legislativo. Tanto é que os deputados, foram convocados para emitir suas opiniões", completou Roriz, que não teme nenhum desgaste. "Fiz o que achei melhor para a sociedade", afirmou. O governador acredita que o novo projeto de lei fique pronto antes mesmo dos 30 dias que a Câmara terá para apreciar o veto.

Argumentos — De acordo com a mensagem assinada ontem por Roriz, a Consultoria Jurídica entendeu que a jornada de trabalho não pode ser confundida com horário de funcionamento do comércio. O secretário de Indústria, Comércio e Turismo, José Ezil da Veiga, usou este mesmo

argumento dias atrás, ao se posicionar sobre o projeto de Cláudio Monteiro.

Outro ponto justificando o veto diz respeito à exclusão, no artigo terceiro da matéria, de alguns ramos de comércio, do horário que instituiu, sem dispor sobre qual seria o regime de funcionamento em que estariam enquadrados. "Viola, ainda, o Artigo 22, Item I, da Carta Magna, ao dispensar tratamento à matéria no âmbito do Direito do Trabalho, competência privativa da União", diz a mensagem.

A análise jurídica mostrou, ainda, que o Artigo 4º fere a Constituição, pois transfere a competência concorrente do Estado, de fixar o funcionamento dos seus estabelecimentos comerciais, nas condições que especifica, para um acordo ou convenção coletiva de trabalho. Nas discussões com os parlamentares, serão levados em conta o anseio dos comerciantes e da comunidade, a necessidade do cumprimento da legislação do País.



Comerciário lutará contra

O presidente do Sindicato dos Comerciários, Raimundo Neves, reagiu duramente contra o veto do projeto pelo governador Joaquim Roriz. A luta, agora, da entidade, é derrubar a medida de Roriz, com apoio de 15 deputados distritais, afirmou.

Derrubar o veto, de acordo com o sindicalista, "é uma questão de honra para a Câmara Legislativa", que aprovou o projeto por unanimidade. Entre os parlamentares a favor do Sindicato, conforme Raimundo Neves, estão seis da ex-Frente Popular, cinco do PT, Peniel Pacheco (PST), Cláudio Monteiro (PRP), autor do Projeto, Fernando Neves (PDC) e José Ornellas (PL).

Quanto às pesquisas de opinião pública, estas são "manipuladas", na visão do presidente do Sindicato dos Comerciários. "Não podemos acreditar que a Câmara acate o veto do gover-

nador", disse ele, disposto a reverter a situação.

Maioria — Para o presidente do Sindicato do Comércio Varejista, e vice-presidente da Federação do Comércio, Nei Carneiro, a decisão possibilitará o encontro de uma solução que não prejudique comércio e comerciantes. Ele citou a proposta de se trabalhar sábado e folgar segunda-feira.

Já o vice-presidente do Clube dos Diretores Lojistas (CDL), José Campos, achou positiva a posição de Roriz, favorável, em sua opinião, à liberdade do comércio. Ele defende um diálogo mais amplo entre as partes envolvidas e os parlamentares.

Segundo o superintendente do ParkShopping, Joel Campanatti, 600 mil pessoas fazem compras aos sábados. "Os deputados votaram pela emoção, sem tomarem conhecimento que a matéria é inconstitucional", comentou. Ele elogiou a iniciativa de Roriz, "de ouvir primeiro a comunidade", ressaltando que o comércio é uma das maiores atividades, depois do funcionalismo público, em Brasília.

Lado jurídico afetou parecer

O governador Joaquim Roriz chegou à conclusão de que era preciso vetar totalmente o projeto da semana inglesa, ao conhecer o parecer da Consultoria Jurídica do GDF. O projeto aprovado pela Câmara é inconstitucional, porque viola o artigo 22 da Constituição Federal, confunde jornada de trabalho com horário de funcionamento do comércio e discrimina setores do comércio, excluídos sem maiores explicações como bares e restaurantes.

Só que o governador tomou o cuidado de realizar uma ampla negociação com os parlamentares, ao invés de colocar um veto curto e grosso. Quando resolveu negociar politicamente, Roriz estava inspirado em sua experiência parlamentar e, em segundo lugar, preocupado em preservar o Legislativo do Distrito Federal, que não poderia se expor a um desgaste político.

Decisão divide os deputados distritais

O veto imposto pelo governador Joaquim Roriz ao projeto que institui a semana inglesa está dividindo a Câmara Legislativa. Um grupo, ligado ao governo, defende a elaboração de um novo projeto, debatido entre comerciantes e comerciantes, e a manutenção do veto do GDF. Outro grupo, liderado pelo PT, defende a apreciação e derrubada imediata do veto, com ampla mobilização de trabalhadores para pressionarem os deputados.

O acordo para a elaboração desse novo projeto tem hoje, segundo o presidente da Câmara, Salviano Guimarães (PFL), apoio da maioria dos parlamentares. A oposição, por sua vez, engrossada pelo bloco independente, garante que dispõe de 15 votos para derrubar o veto, dois a mais do que o necessário.

"A Câmara foi atropelada pela inexperiência, vamos recuperar o prestígio do Legislativo com uma segunda proposta que vai beneficiar tanto os comerciantes quanto a sociedade", observou o líder do governo, deputado Maurílio Silva (PTR). Ele garantiu que o segun-

do projeto será aprovado pela maioria e sancionado pelo governador.

Voto aberto — O relator do projeto, deputado Geraldo Magela (PT), disse que o partido vai tentar apressar a votação do veto e fazer uma campanha pelo "voto aberto", já que o regimento interno determina que a apreciação de vetos governamentais seja feita em sessão secreta. "Vinte e dois deputados votaram a favor do projeto no primeiro turno, com o voto aberto e a presença de dois mil comerciantes, no plenário o veto será derrubado", avaliou.

Magela lembrou que o acordo defendido pelos governistas deve acontecer depois da aprovação da semana inglesa, através de um entendimento entre patrões e empregados. Na sua opinião, 90 por cento dos comerciantes desejam esse acordo, e apenas os 10 por cento mais ricos, donos de supermercados e shopping centers, rejeitam a negociação com o sindicato da categoria.

Constituição — A justificativa

do veto surpreendeu alguns deputados, que ontem no final da noite aguardavam na Câmara a resposta do governador. Além de fazer um veto "político" ao projeto, o governador questionou a constitucionalidade de dois artigos. A deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB), disse que consultou assessores do PSDB na Câmara Federal, que confirmaram a legalidade do projeto. "Se estivermos enganados, e o projeto for realmente ilegal, a Comissão de Constituição e Justiça vai ficar desmoralizada", observou.

Para o relator Geraldo Magela, membro da Comissão de Constituição e Justiça, o projeto não fere a Constituição e lembrou que o Senado Federal aprovou projeto idêntico no ano passado. O líder do governo garantiu que o governador Joaquim Roriz vai endossar um novo projeto, que não fira a Constituição e que possibilite um amplo acordo entre comerciantes e comerciantes. Os deputados têm 30 dias para apreciar e manter ou derrubar o veto.